

DFV – TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF Nº 67.071.001/0001-06 – NIRE 35 3 0013250 5

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, Realizada em 15 de Abril de 2002

Data: 15 de abril de 2002. **Horário:** 10:00 horas. **Local:** sede social da empresa, na Avenida Mutinga, 3800 – 3º andar – Parte, Pirituba, CEP 05110-901, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** dispensada na forma do Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa Diretora:** Sr. José Cherubin, Presidente e Sergio Luis Dellape Magrini, Secretário. **Ordem do Dia: a)** re-ratificação da Assembléia Geral extraordinária, datada de 16 de janeiro de 2002. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** constituída a mesa, esclareceu o Sr. Presidente que o presente conclave tinha por fim retificar e ratificar as medidas deliberadas na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de janeiro de 2002, devidamente arquivada na junta comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.221/02-01, em sessão de 22/02/02, que tratou da aprovação das demonstrações financeiras referentes ao balanço encerrado em 30/09/2001 e consolidou o estatuto da sociedade, ratificando-se todo o conteúdo da Assembléia Geral Ordinária, retificando-se, porém, parte do texto da ata da Assembléia Geral Extraordinária, no corpo do estatuto social, no Artigo 3º, que mencionou erroneamente o Capital Social como sendo R\$ 14.557.587,81 (quatorze milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e sete centavos), sendo o correto R\$ 4.557.587,81 (quatro milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos). diante da re-ratificação em pauta, aprovou-se o novo teor da ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de janeiro de 2002, que passa a ter a redação que segue: “**DFV – Telecomunicações e Informática S.A.** – CNPJ/MF Nº 67.071.001/0001-06 – NIRE 35 3 0013250 5 – **Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 16 de Janeiro de 2002 – Data:** 16 de janeiro de 2002. **Horário:** 10:00 horas. **Local:** sede social da empresa, na Avenida Mutinga, 3800 – 3º andar – Parte, Pirituba, CEP 05110-901, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Convocação:** dispensada na forma do Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa Diretora:** Sr. José Cherubin, Presidente e Sergio Luis Dellape Magrini, Secretário. **Ordem do Dia: Ordinariamente: a)** exame e discussão do relatório da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2001; **b)** deliberação sobre a destinação do resultado do exercício **c)** fixação dos honorários da diretoria e do conselho fiscal; **Extraordinariamente: d)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade: a)** após leitura, exame e discussão, resultaram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2001, publicadas no diário oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio & Indústria, ambos no dia 11 de janeiro de 2002, ratificando assim todos os atos praticados pela diretoria da sociedade durante o exercício findo. **b)** em seguida foi discutido o assunto objeto do segundo item da “ordem do dia”, ficando aprovado unanimemente pelos acionistas presentes a seguinte destinação do resultado do exercício no valor de R\$ 4.835.699,26 (quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil seiscientos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos): i – ratificada a formação da reserva legal no valor de R\$ 227.335,68 (duzentos e vinte e sete mil trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), cujo montante alcançou 20% (vinte por cento) do Capital Social, com a presente formação; ii– deliberada a transferência do saldo do resultado do exercício no valor de R\$ 4.608.363,58 (quatro milhões, seiscentos e oito mil trezentos e sessenta e três reais e cinqüenta e oito centavos) para a conta de reserva de lucros. colocado em discussão o terceiro item da ordem do dia, o sr. presidente usou novamente a palavra para expressar que, tendo a sociedade um conselho fiscal não permanente e estando presente a esta assembléia a totalidade dos acionistas votantes, consultava os mesmos se desejavam a instalação do conselho pelos mesmos foi dito que não desejavam a sua instalação, razão pela qual não haveria a necessidade da eleição dos seus membros. Os membros da diretoria dispensaram os seus honorários para o presente exercício. passando-se para o item 4 da ordem do dia, aprovou-se a redação do estatuto social, consolidando-o nos seguintes termos: “**Estatuto Social da DFV – Telecomunicações e Informática S.A.– Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto – Artigo 1º** – Sob a denominação **DFV – Telecomunicações e Informática S.A.** fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelos preceitos deste estatuto e pela legislação a ela aplicável. – Parágrafo 1º – a sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Mutinga, 3800, 3º andar– parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05110-901. – Parágrafo 2º – a duração da sociedade é por tempo indeterminado. – **Artigo 2º** – a sociedade tem por objeto a fabricação e montagem, projeto, desenvolvimento, prestação de serviços, comercialização, locação, importação, exportação de sistemas de armazenamento, recuperação e manipulação de imagens de documentos gravados em disco ótico ou semelhante, sistemas de transmissão de dados, podendo, ainda, participar em outras empresas com acionista ou quotista. – Parágrafo 1º – a sociedade poderá praticar todas as transações e adotar todas as providências que sirvam à realização do objeto social, notadamente aquisição de bens imóveis, a abertura de filiais, fábricas e oficinas, depósitos, escritórios técnicos e de venda e constituição de subsidiárias dentro e fora do território nacional, assim como a participação em outras empresas. – Parágrafo 2º – a sociedade possui atualmente os seguintes estabelecimentos: sede central em São Paulo, Estado de São Paulo; filial e depósito fechado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. – **Capítulo II – Capital e Ações – Artigo 3º** – o Capital Social é de R\$ 4.557.587,81 (quatro milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos), totalmente integralizado, dividido em 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. – Parágrafo 1º – todas as ações são nominativas, com direito a voto e estão integralizadas. – Parágrafo 2º – os certificados de ações deverão ser assinados por dois membros da diretoria. – Parágrafo 3º – a sociedade poderá emitir certificados múltiplos de ações. – **Artigo 4º** – a venda, a cessão, a alienação, oneração ou qualquer outra forma de disposição das ações por qualquer um dos acionistas a terceiros, está sujeita às disposições de acordos de acionistas e seus aditamentos, quando existentes e arquivados na sede da sociedade, averbados nos livros sociais e nos certificados de ações. – Parágrafo único – toda e qualquer venda, cessão, alienação, oneração ou qualquer outra forma de disposição das ações que estiver em desacordo com as disposições deste Artigo será nula e sem efeito. – **Capítulo III – Assembléia Geral – Artigo 5º** – as assembleias gerais dos acionistas da sociedade serão realizadas segundo as disposições legais e os seguintes regulamentos: – a Assembléia Geral deverá ser convocada, por carta registrada ou telex, pelo menos 4 (quatro) semanas antes do dia da reunião, com a indicação da ordem do dia. O dia da remessa e o dia da assembléia não serão computados neste prazo. Ademais, de acordo com a lei, devem ser publicados, pelo menos por 3 (três) vezes, anúncios de convocação devendo conter, além do local, data e hora da Assembléia Geral, a ordem do dia e, em caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. – Será dispensada uma convocação formal e tempestiva, se todos os acionistas comparecerem, ou fizerem-se representar, e concordarem com a ordem do dia. – A Assembléia Geral será convocada pelo diretor-superintendente ou, na ausência deste, por outro diretor com base em uma deliberação da diretoria. – O presidente da Assembléia Geral estabelecerá a seqüência das matérias objeto da

assembléia, bem como o modo das votações. – Cada acionista poderá fazer-se representar na Assembléia Geral na forma da lei. A procuração escrita deverá ser depositada pelo menos 3 (três) dias antes da Assembléia Geral, na sede da sociedade. – Parágrafo único – as assembleias gerais serão competentes para tratar e deliberar sobre todos os assuntos atribuídos pela Lei nº 6.404/76. – **Artigo 6º** – para a votação na Assembléia Geral, a cada ação com direito a voto corresponderá um voto. – Parágrafo único – todas as deliberações da Assembléia Geral serão tomadas de acordo com as disposições legais. – **Artigo 7º** – dentro de 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social, realizar-se-á a Assembléia Geral ordinária para: – tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o balanço e as demonstrações financeiras; – deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; – eleger os membros do conselho fiscal, quando for o caso, e da diretoria. – Parágrafo único – todas as demais assembleias gerais serão extraordinárias às quais aplicar-se-ão as normas legais. – **Artigo 8º** – das deliberações tomadas pela Assembléia Geral será lavrada ata que deverá ser assinada pelo presidente e pelo secretário da mesa, e pelos acionistas presentes, segundo a lei. – Parágrafo único – a ata da Assembléia Geral será arquivada no registro do comércio e publicada na forma da lei. – **Capítulo IV – Diretoria – Artigo 9º** – a diretoria, composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, que fixará os seus honorários, terá mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. – Parágrafo 1º – compete aos diretores a representação da sociedade e a prática de todos os atos necessários ao seu funcionamento regular, desde que não privativos da Assembléia Geral ou vedados pela lei ou pelo presente estatuto. – Parágrafo 2º – sem prejuízo das disposições da Lei nº 6.404/76 e respeitadas as normas do presente estatuto, compete aos diretores: – a administração e promoção dos negócios e de todos os assuntos de interesse da sociedade; – executar e fazer observar o presente estatuto e as deliberações da Assembléia Geral; – prestar informações, quando e na forma solicitada pela Assembléia Geral, bem como apresentar anualmente à Assembléia Geral o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei; – a elaboração e alteração do organograma da sociedade; – a transferência da sede; – a política salarial e determinação das condições de trabalho; – a admissão e demissão das pessoas em cargo de chefia; – representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante clientes, fornecedores, representantes, terceiros em geral, inclusive repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas, empresas públicas, sociedades ou entidades paraestatais, sociedades de economia mista, concessionárias de serviços públicos, entidades regionais ou setoriais de desenvolvimento, bancos comerciais, de investimento ou de desenvolvimento, caixas econômicas, assim como perante entidades de crédito, financiamento, ou investimento, públicas ou privadas; – abrir, movimentar ou encerrar contas bancárias; – adquirir, transferir, alienar ou por qualquer outra forma gravar ou onerar os bens sociais, móveis, imóveis ou direitos respectivos. – Parágrafo 3º – a sociedade será representada, ativa ou passivamente, em juízo e fora dele, por 2 (dois) membros da diretoria, ou por 1 (um) membro da diretoria e 1 (um) procurador, ou ainda, por 2 (dois) procuradores com poderes expressos para este fim. todavia será facultado à diretoria, quando representada por 2 (dois) diretores, nomear procuradores para assinar individualmente, em casos especificamente determinados. Parágrafo 4º – a Assembléia Geral nomeará um membro da diretoria para “diretor-superintendente”. os demais membros da diretoria terão a denominação de “diretor” – **Artigo 10º** – no caso de vacância do cargo de um diretor, durante o prazo de sua gestão, o seu sucessor será eleito pela Assembléia Geral, para o período restante do mandato. – Parágrafo único – o prazo de mandato dos membros da diretoria começará no dia em que assinarem o termo de posse no “Livro de Atas da Diretoria” e terminará com a investidura de seus sucessores. – **Capítulo V – Conselho Fiscal – Artigo 11** – o Conselho Fiscal é o órgão não permanente, que será instalado nos termos do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e terá os poderes e competências que a lei lhe confere, e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no país e eleitos pela Assembléia Geral. a reeleição é permitida. – Parágrafo único – os membros do conselho fiscal terão remuneração fixada pela Assembléia Geral que os eleger, respeitadas as disposições legais. – **Capítulo VI – Balanço e Destinação do Lucro Líquido – Artigo 12** – o exercício social começará em 1º de outubro e terminará em 30 de setembro do ano seguinte. – Parágrafo 1º – ao fim de cada exercício social a diretoria fará elaborar, de conformidade com os preceitos legais, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicações de recursos. – Parágrafo 2º – do lucro líquido apurado, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até esta atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social. Poderá ser dispensada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital definidas no Parágrafo 1º do Artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do Capital Social. – Parágrafo 3º – do lucro líquido restante em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados aos acionistas como dividendos obrigatórios, observando o disposto no Artigo 202, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. – Parágrafo 4º – o saldo restante terá o destino que, por proposta da diretoria for deliberado pela Assembléia Geral que poderá, inclusive, mandar transferi-lo para alguma reserva existente ou que venha a ser constituída. – **Artigo 13** – a diretoria poderá: – declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, que deverão mandar levantar a fim de atender às disposições do Artigo 204 da Lei nº 6.404/76, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital da sociedade; – declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário. – **Capítulo VII – Liquidação – Artigo 14** – a sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá o liquidante e os membros do conselho fiscal que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração”. **Encerramento e Leitura:** nada mais havendo a tratar, encerrou-se a assembléia, sendo esta ata lavrada na forma de sumário, a qual lida e conferida, foi assinada pelos acionistas presentes e pelos membros da mesa. São Paulo, 16 de janeiro de 2002. **Assinaturas:** José Cherubin – Presidente, Sergio Luis Dellape Magrini – Secretário. Acionistas: p/ Siemens Ltda. – Bernd Kerner e Aluizio Bretas Byrro; p/ Siemens Eletroeletrônica S.A. – Paulo Ricardo Stark e Raul Melo de Freitas. Certifico que a presente é cópia autêntica da ata lavrada no livro próprio da sociedade”. **Encerramento e Leitura:** nada mais havendo a tratar, encerrou-se a assembléia, sendo esta ata lavrada na forma de sumário, a qual lida e conferida, foi assinada pelos acionistas presentes e pelos membros da mesa. São Paulo, 15 de abril de 2002. **Assinaturas:** José Cherubin – Presidente, Sergio Luis Dellape Magrini – Secretário. Acionistas: p/ Siemens Ltda. – Bernd Kerner e Aluizio Bretas Byrro; p/ Siemens Eletroeletrônica S.A. – Paulo Ricardo Stark e Raul Melo de Freitas. Certifico que a presente é cópia autêntica da ata lavrada no livro próprio da sociedade. José Cherubin – Presidente; Sergio Luis Dellape Magrini – Secretário. JUCESP nº 96.210/02-3, em 15.05.2002. José Darkiman Trigo – Secretário-Geral.